



A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA COMO INSTRUMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: MST e implementação de políticas públicas de redistribuição da propriedade da terra

Isaac Giribet Bernat¹

Resumo:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é a principal organização social que opera no contexto rural brasileiro. Ao longo dos seus quase trinta anos de história criou um conjunto de ações antagonistas com o intuito de forçar os sucessivos Governos Federais a implementar uma política pública de redistribuição da propriedade agrária. Com o passar dos anos, o MST aproveitou as nuances que se formam durante a aplicação da Reforma Agrária e as instrumentalizou com a finalidade de convertê-las numa política pública para o desenvolvimento rural em um obstáculo e uma alternativa ao avanço das relações capitalistas no campo.

Palavras-chave: luta pela terra; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); práticas antagonistas; Reforma Agrária.

Abstract:

The Movement of the Rural Workers Without Land (MST) is the main social organization that acts in the Brazilian rural context. Along his almost thirty years of history has created a group of actions antagonists with the intention to force to the successive Federal Governments to carry out public politics of redistribution of the agrarian property. With the passing of years, it took advantage of the different ramification that happened during application of the Agrarian Reform and instrumentalized them with the purpose to convert a public politics for the rural development in an obstacle and alternative to the advance of the capitalist relations to the field.

Keywords: fight for land; Movement of the Rural Workers Without Land (MST); antagonist practices; Agrarian Reform

¹ Doutor. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: neri54@yahoo.es



1. INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma ferramenta organizativa construída a partir das necessidades de uma série de famílias camponesas que, uma vez que perderam as terras que trabalharam como consequência do processo de modernização agrícola promovida pela Ditadura Militar (1964-1984), se juntaram para conseguir o objetivo de retornar a terra. Trata-se de uma das diversas expressões organizadas do campesinato brasileiro contra seu infrutuoso destino.

As políticas modernizadoras da agricultura, consistentes na industrialização das atividades agrícolas, supuseram a exclusão e a subordinação dos setores agrários mais frágeis (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.40). Na maioria dos casos, a aplicação da modernização agrícola derivou a expulsão de colonos, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários. O êxodo rural provocou uma forte migração campo/cidade durante a década de 1970, onde pela primeira vez a população urbana superou a rural (CEM, 1986, p.19).

Porém as famílias expulsas do campo não só migraram para os pólos industriais, em menor medida, também se dirigiram para as áreas rurais de colonização oficial que, concomitantemente, o Governo Militar tinha aberto na região amazônica. Na prática, o processo de colonização oficial resultou em um fracasso total; a colonização deixou totalmente de lado as necessidades das famílias colonas para assumir como próprio o modelo agrário baseado na grande propriedade, que dava resposta a vontade de implantação de empresas nacionais e estrangeiras na região amazônica (MARTINS, 1986, p.91). De fato, a colonização atuou como uma “contra Reforma Agrária” e ao mesmo tempo em que facilitou a aquisição massiva de terra por parte do capital industrial diluiu o processo que supostamente deveria democratizar o acesso dos pequenos produtores rurais expulsos (IANNI, 1979, p.126).

Uma vez cientes da ineficácia da política colonizadora governamental, parte das famílias expulsas do campo começaram a se articular em sindicatos de trabalhadores rurais; estas organizações passaram a reclamar a aplicação de uma política pública, conhecida como “Reforma Agrária”, que lhes permitisse continuar com suas atividades nos próprios locais de origem (MORISSAWA, 2001, p.123-130). Estas articulações foram



especialmente destacadas nos estados meridionais, que foram aqueles onde as medidas modernizadoras tiveram um maior alcance.

A demanda por terra para trabalhar nos locais de origem estava juridicamente fundamentada no Estatuto da Terra, um código legal profundamente influenciado pela Aliança para o Progresso². O Estatuto da Terra oferecia a possibilidade de aplicar desapropriações nas grandes propriedades que se mantivessem fora dos critérios de produtividade mínima (CN, 1964, p.1); desta forma, mesmo que só fosse formalmente, o texto negava a propriedade absoluta da terra. Porém, os governos militares só aplicavam o Estatuto da Terra de forma restritiva, unicamente para resolver conflitos pontuais que ameaçavam romper com a paz imposta no campo com sua chegada ao poder.

Vendo que o Governo só dava respostas diante de estímulos de caráter conflituoso, as emergentes organizações de trabalhadores rurais passaram a adotar, progressivamente, a tática de pressionar os poderes públicos através da ocupação das áreas reivindicadas; desta forma forçavam a intervenção imediata da administração, fosse para desocupar a fazenda ou para ativar os órgãos federais pertinentes para analisar o grau de produtividade.

Desta forma se iniciavam processos longos de toma de consciência e de progressivo passo à ação que culminaria com a fusão de boa parte dessas diversas lutas através da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o objetivo da criação do MST era fazer confluir as diversas experiências que estavam sendo realizadas de forma desconexa, juntando esforços para poder ter uma maior capacidade de pressão na hora de apresentar suas demandas aos poderes públicos federais (GRZYBOWSKI, 1991, p.22-24).

Com o final da ditadura se abriram muitas expectativas sobre a possibilidade que a democratização política traria também a democratização da propriedade rural; esta possibilidade foi amplamente discutida no processo de elaboração da Constituição, que

² Conjunto de princípios políticos e econômicos fomentados pelo governo dos Estados Unidos durante o início da década de 1960, no marco do embate ideológico que acompanhou o período histórico conhecido como Guerra Fria; estas medidas pretendiam a melhora das condições de vida da população rural dos países latino-americanos para evitar a atração que sobre elas poderiam exercer as organizações de esquerda depois da recente vitória da revolução cubana que teve como uma de suas principais bandeiras de luta a aplicação da Reforma Agrária.



finalmente seria aprovada no ano de 1988. Malgrado que se realizaram passos destacados nessa direção como, por exemplo, a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), se frustraram as expectativas de uma reforma profunda da estrutura da propriedade rural, como consequência da pressão exercida por parte dos parlamentares da poderosa oligarquia rural representada na época pela União Democrática Ruralista (UDR).

2. DESENVOLVIMENTO

A ocupação de terras como ferramenta para reivindicar a aplicação da Reforma Agrária

As lutas pelo uso e pela propriedade da terra vêm recorrendo a história brasileira desde os primeiros momentos da invasão européia. A ocupação de áreas improdutivas é uma das principais respostas das classes populares à monopolização da propriedade rural e ao veto sistemático ao acesso à terra que estas vêm sofrendo.

Ao fazer referência às práticas contemporâneas de acesso e posterior resistência na terra, estamos nos reportando aos mecanismos processuais de ação direta contestatória que se gestaram e consolidaram desde finais da década de 1970 até meados da década de 1980.

A ocupação de terras e a posterior construção de acampamentos são as principais práticas antagônicas que nos últimos trinta anos vêm caracterizando diversos movimentos sociais que lutam pela terra no ambiente político conservador e neoliberal de hoje, movimentos de população pobres são cruciais para impulsionar o processo de reforma, parar com as protelações do governo e, quando necessário, tomar o processo em suas próprias mãos. Ocupações de terra estão entre os métodos mais eficientes comprovados para pressionar os governos a agirem (ROSSET, 2006, p.336).

Dentre todos os movimentos sociais que lutam pela terra se destaca, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, o MST; quantitativamente, porque se trata de uma única organização implantada a nível nacional (24 das 27 Unidades Federativas) e qualitativamente por que o MST foi o primeiro dos movimentos sociais criados no período contemporâneo para reivindicar a aplicação da Reforma Agrária. O acampamento



Encruzilhado Natalino, no estado do Rio Grande do Sul, construído no do ano de 1980, considera-se o berço do MST apesar desse movimento social só ser fundado formalmente em janeiro de 1984, na cidade paranaense de Cascavel.

Através da ocupação das áreas em litígio, o MST pretende forçar o Governo Federal a vistoriar, e, se for o caso, desapropriar para fins de Reforma Agrária aquelas áreas que não cumpram com a “função social” expressada no artigo 186 da Constituição Federal de 1988 (ANC, 1988, p.121); conforme podemos perceber na afirmação de um dos dirigentes do MST durante uma entrevista:

Panela só se serve com fogo debaixo, você tem que ocupar, porque?! Porque todos os assentamentos que nós tem no Brasil eu nunca vi um assentamento que o Governo Federal desapropriasse e entregasse a propriedade distribuída e parcelada aos trabalhadores rurais, em todas o Governo andou atrais (CABRAL, 2010, 00:16'24"-00:16'47").

O artigo 186 da Constituição faz referência específica às grandes propriedades rurais que, quando mantidas abaixo de uma produtividade mínima fixada pelo Estado, se tornarão passíveis de ser desapropriadas por “interesse social” e divididas em estabelecimentos rurais de caráter familiar. A propriedade rural não é absoluta e tem obrigações a ser respeitadas para ser efetiva; caso a “função social” da propriedade seja desrespeitada cabe aos órgãos federais iniciar processos que visem a arrecadação pública da área (CINTRA JÚNIOR, 2007, p.117).

Da Reforma Agrária à territorialização camponesa e o confronto contra o avanço das relações capitalistas no campo

A Reforma Agrária, como seu próprio nome indica, é uma política de caráter “reformista”; porém, quando o MST, através da combinação de mobilizações e atos de desobediência civil, questiona a propriedade absoluta da terra converte esta política pública em um ativo contra o avanço das relações capitalistas. Apesar do ato da ocupação ter que ser contextualizado dentro dos limites do cumprimento da legalidade, esta ação reivindicativa se coloca em rota de colisão das formas que historicamente adotou o latifúndio no Brasil, atuando contra a estrutura fundiária ao impactar na linha de flotação da concentração da propriedade.



As nuances que acompanham os processos para a aplicação da Reforma Agrária transformam esta política pública em uma ferramenta política para além do desenvolvimento rural que pretende diminuir as alarmantes diferenças sociais existentes; dessa forma, a aplicação da Reforma Agrária converte-se em um instrumento que propicia uma transformação política de longo alcance, que possibilita enfrentar o avanço das relações capitalistas no campo.

Os processos de luta pela terra se convertem em um elemento estratégico que vai além da conquista de um assentamento em particular. Na perspectiva do MST, a criação de um assentamento permite fortalecer e estender a luta pela terra, em base às áreas já consolidadas, para outras que potencialmente podem também ser destinadas à mesma finalidade. Na dinâmica de acesso à terra, as áreas já conquistadas se transformam em plataformas que possibilitam a consecução de novas terras através da ocupação e a criação de acampamentos; assim, o território conquistado se transforma em um “trunfo” nos processos de luta pela terra (FERNANDES, 1999, p.242).

Nos territórios conquistados ou em disputa aberta, o MST tem conseguido ir além do mero acesso à terra passando também a questionar o avanço das relações capitalistas através, por exemplo, de escolas ou formas de cooperação e produção com matriz agroecológica. Mesmo que estes questionamentos sejam ainda limitados, resultam fundamentais já que constata a possibilidade de construir novas realidades para além da exploração, da dominação e da humilhação capitalista.

Luta pela terra, para além da luta por terra

A partir da entrada em cena do MST a luta pelo acesso à terra passou a ser muito mais que simplesmente uma “luta por terra”; por trás das caminhadas reivindicativas, das ocupações de terra ou de prédios públicos, existe a vontade de participar na construção de um projeto nacional que ajude a transformar a sociedade através da abertura de debates públicos sobre o tipo de sociedade que se quer, com uma verdadeira democratização dos direitos, sejam estes da propriedade da terra, da educação ou da saúde.

O Movimento não se limita a oferecer respostas primárias de sobrevivência à miséria da qual provém boa parte da sua base social; o MST se apropriou de um



mecanismo de acesso à terra que, além da obtenção de uma área onde pode assentar as famílias, lhe permite questionar a ordem estabelecida.

As ações antagonistas praticadas pelo Movimento estão estreitamente vinculadas à conquista dos direitos sociais e da cidadania negada. A luta do MST não é só uma luta pela terra, ela se desdobra, dentre outros, em luta pelo acesso a cultura, a educação, a saúde ou a igualdade de gênero; elementos que estão embutidos em suas reivindicações e práticas, assim como na forma como ele se organiza internamente. Através de suas práticas contestatórias o MST tem a capacidade de mostrar até que ponto o país está imerso em uma situação de cidadania inversamente proporcional, onde as pessoas que mais precisam das estruturas do poder público são aquelas que menos a recebem.

3. CONCLUSÃO

A implementação da Reforma Agrária pode ser analisada a partir de diversas perspectivas. Na nossa avaliação, a seqüência de acontecimentos que se cristaliza na criação de um assentamento por parte do Governo Federal vão além da crônica da dificultosa implementação de uma política pública distributiva da propriedade rural.

O MST passou a entender a aplicação da Reforma Agrária como um ferramenta para além da obtenção do acesso à terra por parte dos setores marginalizados da sociedade. A atual proposta de Reforma Agrária do MST, conhecida como “Reforma Agrária Popular” (MST, 2010, p. 41-43), vai além das políticas governamentais consistentes em dividir grandes áreas improdutivas entre as famílias que pretendem retornar a atividade agrícola como resposta primária de sobrevivência; os acampamentos e assentamentos são territórios de luta e de resistência onde o MST implementa um determinado projeto político e social que preza a emancipação social (BOGO, 2009, p.69-70).

O atual projeto político de transformação social que defende e implementa o MST nos territórios que controla, transcende os motivos singelos que levaram a sua fundação (MST, 2012, p.36-38). Ao longo dos anos o Movimento veio adotando discurso e práticas cada vez mais críticas perante o sistema econômico e social capitalista, conforme assevera Bernardo Fernandes: “O Movimento Sem Terra é uma organização camponesa que reinventou o próprio conceito de camponês transformando a visão camponesa e o



mundo camponês numa condição de existência e de resistência contra o capitalismo” (BLANC et altri, 2008, 00’:18”-00’:37”).

Na hora de analisar o MST não podemos fazê-lo somente a partir da perspectiva de um movimento social que se encontra dentro do compartimento fechado da luta por terra; entendemos que suas lutas e reivindicações também estão movidas por pulsões de caráter político, ao fazer referência às iniciativas do MST deveremos entender o “político” desde uma perspectiva ampla que não se limita à ação da política partidária (CARTER, 2010, p.36-37).

O MST tem conseguido transcender a conjuntura política e social que o criou trinta anos atrás, sendo capaz de gerar um espiral de longo alcance que transpassa a esfera individual das famílias a procura de terra, para dotá-lo de uma dimensão de projeto social de oposição ao avanço das relações capitalistas no campo.

REFERÊNCIAS

BLANC, Aaron; GIRIBET BERNAT, Isaac; MOYA, Guillem & ROJALS, Eric. **Vou plantar minha terra**. (Documental). Barcelona: Mutirão. 2008. <Disponível em: http://www.armazemmemoria.com.br/cdroms/videotecas/MST/00ArmazemMemoria/Tema/08_videos/122.html. Acesso 12-03-2013>. Acesso 22-02-2013.

CABRAL, Pedro. [Entrevista concedida no *Casarão*, casa dos militantes do MST, Querência do Norte - PR, 23-10-2010]. 2010.

CARTER, Miguel. **Desigualdade social, democracia e Reforma Agrária no Brasil**. In: **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. CARTER, Miguel (org.). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.27-78.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (CEM). **Migrações no Brasil. O peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.



CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. **Função social da propriedade –esbulho possessório – domicílio**. In: **Questões agrárias. Julgados comentados e pareceres**. STROZAKE, Juvelino José. Org. São Paulo: Método, 2002, p. 227. Citado por LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a Constituição. Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CONGRESSO NACIONAL. **Estatuto da Terra**. 1964. <Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4504.htm>>. Acesso 22-10-2012.

CONGRESSO NACIONAL. **Constituição da República do Brasil**. 1988. <Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso 18/08/2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCTEC, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes & FASE, 1991.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: lutas e conquistas**. São Paulo: MST, Janeiro 2010.

ROSSET, Peter. **Reforma agrária, luta social e soberania alimentar**. In: **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**.



PEREIRA, João M. M. & SAUER, Sérgio (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2006.
p.315-341.